

CRÉDITO RURAL E DESEMPENHO DA AGROPECUÁRIA CAPIXABA

SOUZA, R. C. (Estudante de IC); GALEANO, E. A. V. (Orientador). Incaper (Sede Vitória), renzo.caliman@hotmail.com

O crédito rural se apresenta como um poderoso instrumento de política agrícola indutor de desenvolvimento dos municípios, possibilitando a exploração das potencialidades produtivas geradoras de valor econômico. A política de crédito rural no Estado do Espírito Santo tem buscado a sustentação, o fortalecimento e a ampliação das atividades agrícolas, especialmente àquelas inseridas nas cadeias produtivas já consolidadas. Quanto a distribuição de crédito por região, as mesorregiões Litoral Norte e Noroeste participaram, respectivamente com 29,2% e 29% do crédito rural no estado em 2013. Já as microrregiões Central e Sul, participaram, respectivamente com 25,2% e 16,6% do crédito rural. Comparando estes dados com as participações das microrregiões no valor adicionado bruto da agropecuária, percebe-se que as regiões Central e Sul possuem participação no volume de crédito inferior a sua participação no valor adicionado bruto da agropecuária. Um indicador da desigualdade na distribuição do crédito no país é o índice regional de crédito (IRC). Este índice compara a participação de uma região no total de crédito concedido no país com a participação da mesma no PIB nacional. Quando o IRC é igual a unidade, a proporção de crédito aplicado na localidade é idêntica à proporção do PIB naquela localidade. Quando é maior que a unidade, a região tem uma participação na distribuição do crédito superior à sua participação na distribuição do PIB, e quando o IRC é menor que a unidade a região tem uma participação na distribuição do crédito menor que sua participação na distribuição do PIB (CROCCO, 2010) e CROCCO *et al.*, 2011). O cálculo do IRC pode ser feito como descrito na equação: $IRC_i = (CRED_i/CRED_j) / (PIB_i/PIB_j) = 1$, onde é apresentado o crédito para o município “i” (CRED_i), o crédito do estado (CRED_j), o PIB_i do município “i” (PIB_i) e o PIB do estado (PIB_j). Seguindo a metodologia apresentada, foi calculado o IRC do crédito rural para os municípios do Espírito Santo, bem como também foi calculado o IRC para o Espírito Santo para fins de comparação com os demais estados do Brasil. A participação do estado no Valor Adicionado da Agropecuária nacional que já foi de 5,03% em 2000 foi caindo tendo atingido 1,33% em 2013. Já sua participação no crédito rural nacional no período em análise foi de 1,55%, sendo que o pico máximo foi no ano de 2010 (2,09%) e depois voltou a cair, ficando em 1,78% em 2013. O Espírito Santo, assim como as regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste, apresenta uma participação no volume total de crédito rural superior a sua participação no total Valor adicionado da agropecuária. O IRCR médio do estado foi de 0,71 entre 1999 a 2013, o que mostra que em média o estado teve uma participação menor no crédito em relação a sua participação no valor adicionado na agropecuária no período em análise. Até o ano de 2009 o IRCR do estado era inferior a unidade, tendo aumentado consideravelmente a partir de 2006, atingindo um pico de 1,49 em 2010. Em 2013 o estado apresentou o maior IRCR entre os estados do Sudeste (1,34). Como era esperado, a distribuição do crédito rural entre as regiões e municípios do estado na maioria dos casos não acompanha sua participação relativa no valor adicionado da agropecuária. O que se percebe, é que no caso do Espírito Santo, houve uma mudança estrutural, pois o estado partiu de um IRCR inferior a unidade (assim como a média também inferior a unidade) e atualmente ultrapassa a unidade. O estudo fornece indicadores para que os gestores possam tomar decisões no sentido de fomentar as atividades agropecuárias nos municípios, bem como avaliar a eficiência do crédito rural ao longo dos anos.

Agradecimentos: À FAPES pela concessão da bolsa de iniciação científica.

Palavras-chave: crédito rural, valor adicionado, desenvolvimento regional